

PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO MORAL DAS RELAÇÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: FOUCAULT, MBEMBE E BOURDIEU ENTRE O PODER DE VIVER E O DIREITO DE MORRER

Rosa de Fátima Evaristo¹
Angelina Brandão Rodrigues Vieira²
Maria Aparecida Lima dos Santos³

Eixo 1 – Formação e Desenvolvimento Profissional Docente

Resumo: Este texto, de caráter teórico, tem como tema o racismo institucional e a violência contra populações negras, analisados à luz das teorias de Michel Foucault, Achille Mbembe e Pierre Bourdieu. A atividade faz parte da pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, a qual se encontra vinculada ao projeto intitulado “Currículo, escola e formação de professores: olhares sobre as políticas educacionais sulmatogrossenses”, financiada pela FUNDECT (chamada n. 50/2024). O objetivo é constituir uma base teórica que subsidie uma reflexão inicial sobre como essas formas de violência são estruturais e se reproduzem nos espaços institucionais, especialmente na escola, através de práticas naturalizadas de exclusão. Para discorrer sobre o corpo teórico eleito, elegemos casos de violência policial analisados à luz dos conceitos de biopolítica e governamentalidade (Foucault), necropolítica (Mbembe) e violência simbólica (Bourdieu), articulando-os para pensar como o Estado exerce controle sobre a vida e a morte, especialmente de corpos negros e periféricos. A partir desses conceitos, será possível compreender como o racismo e a violência são naturalizados e reproduzidos nos espaços institucionais, principalmente na escola, reforçando práticas de exclusão e desigualdade, o que torna necessária a superação do discurso moralizante na formação de professoras/es no enfrentamento do racismo nas práticas escolares.

Palavras-chave: Poder e saber; Racismo estrutural; Violência simbólica; Formação docente.

Introdução

Diante da complexidade das relações étnico-raciais na escola, indagamo-nos sobre até que ponto as práticas de formação docente voltadas para a mudança individual das professoras do ensino fundamental são suficientes para enfrentar o racismo estrutural presente na educação. Essa pergunta problematiza abordagens formativas que se concentram em “corrigir” práticas docentes, sem questionar os regimes de saber-poder que as sustentam. Como aponta Mbembe, quando a escola silencia ou exclui corpos negros, isso não pode ser reduzido a falhas pontuais de professoras, mas deve ser compreendido como parte de uma necropolítica, um projeto mais amplo de desvalorização de determinadas vidas (Mbembe, 2018). Ao se deslocar a crítica exclusivamente para o comportamento das docentes, corre-se o risco de reforçar lógicas punitivistas e individualizantes, desconsiderando a dimensão estrutural do racismo e o papel das instituições em sua reprodução, uma vez que este se configura como um fenômeno estrutural, intrinsecamente ligado à forma como as instituições, as práticas sociais e as relações de poder se organizam na sociedade (Almeida, 2019).

Nesse sentido, é fundamental o questionamento de como as práticas formativas podem ser construídas para não reforçarem a violência simbólica, mas sim para promover uma transformação coletiva e sistêmica da escola.

A leitura de Bourdieu (1996) ajuda a compreender que as professoras também são produtos de *habitus* historicamente constituídos, internalizando, muitas vezes de forma

¹ Acadêmica do curso de Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Participante do Grupo de Pesquisas Currículo, Cultura e História (GEPEH/UFMS).

² Acadêmica do curso de Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Participante do Grupo de Pesquisas Currículo, Cultura e História (GEPEH/UFMS).

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Grupo de Pesquisas Currículo, Cultura e História (GEPEH/UFMS).

inconsciente, esquemas de percepção e ação moldados por estruturas sociais desiguais. Ao culpabilizá-las sem analisar essas condições, corre-se o risco de invisibilizar o sistema que opera sobre elas. Portanto, a formação docente para as relações étnico-raciais precisa ir além de modelos prescritivos de “boas práticas” e incluir a crítica aos currículos, às políticas públicas, à cultura institucional e às relações de poder na escola. Esse movimento exige uma ação articulada entre diferentes sujeitos e instituições, reconhecendo o caráter coletivo da luta antirracista e a necessidade de transformação estrutural do próprio campo educacional.

No entanto, quando abordamos o racismo, alguns elementos que parecem estar sendo desconsiderados vêm à tona. A violência e o racismo são fenômenos recorrentes na história do Brasil, além de outros contextos globais, conforme muitos estudos dos campos da Sociologia e da História vêm apontando nas últimas décadas.

À título de ilustração e como forma de promover o debate sobre a temática, apresentamos a reportagem de Camila Silva, publicada na Folha de São Paulo (2022), que denuncia o crescimento de 50% nas mortes por chacinas na região metropolitana do Rio de Janeiro em apenas um ano, é possível contextualizar e refletir sobre dois casos emblemáticos que escancaram a violência racial e a banalização da vida, especialmente de pessoas negras e periféricas, no Brasil. O primeiro caso remete a novembro de 2020, na véspera do Dia da Consciência Negra, um homem negro foi espancado até a morte por dois seguranças numa unidade de uma rede internacional de supermercados na cidade de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, cerca de vinte minutos após sua entrada no prédio, o homem estava morto. A empresa ressarciu judicialmente a viúva da vítima e encerrou o caso.

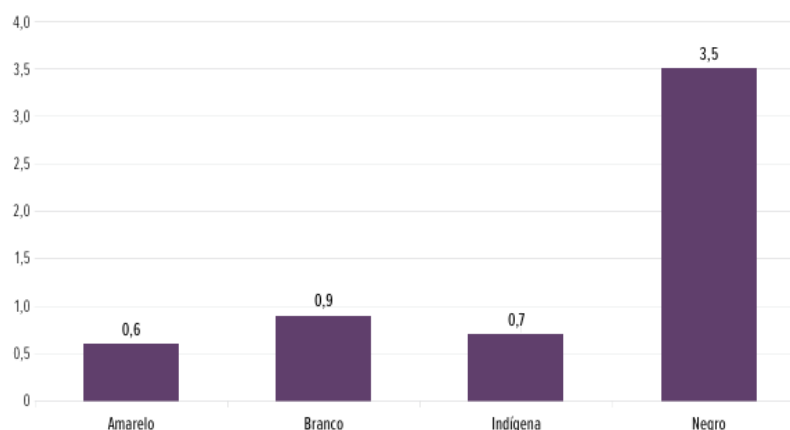
Num segundo caso, datado em maio de 2021, uma batida policial na Favela do Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro, resultou na morte de 28 pessoas, 27 civis e um agente da polícia, a maior chacina da história da cidade. Outrossim, exatamente um ano depois, no mesmo mês de maio do ano de 2022, as forças de segurança policial na Vila Cruzeiro, também no Rio de Janeiro, provocaram a morte de pelo menos 23 pessoas.

Ademais, uma reportagem da Folha de São Paulo expõe o aumento significativo da letalidade policial em chacinas ocorridas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, destacando que, entre 2020 e 2021, houve um crescimento de 50% no número de mortos, de 170 para 255. Os dados foram levantados pela plataforma Fogo Cruzado e indicam a consolidação de um padrão de atuação violenta por parte das forças de segurança pública.

As situações ilustrativas relatadas são apresentadas por terem em comum o fato de terem ocorrido em locais situados em áreas de vulnerabilidade social, as favelas, e as vítimas eram negras e pobres, com raros casos pontuais de exceção negra.

Corrobora esse viés racial, o levantamento apresentado em 2024 pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), o qual apontou que a taxa de mortalidade por intervenções policiais entre pessoas brancas foi de 0,9 por 100 mil habitantes e, entre as negras, 3,5. Segundo o estudo, isso significa uma letalidade policial 289% maior sobre negros. Em percentuais, 82,7% foram vítimas negras, 17% brancas, 0,2% indígenas e 0,1% amarelas. conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Taxa de mortes decorrentes de intervenções policiais por raça/cor, Brasil, 2023.



Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

Salientamos ainda que, de acordo com a reportagem e o anuário, os locais onde ocorreram as intervenções letais, evidenciam que as vias públicas continuam sendo os espaços mais recorrentes dessas ações. De acordo com especialistas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a naturalização dessas mortes, sobretudo nas favelas, está diretamente relacionada à persistente desigualdade social e ao racismo estrutural, que contribuem para a indiferença social diante da violência letal direcionada às populações periféricas.

As situações mencionadas são apresentadas aqui para servirem de aporte ao debate de uma questão que pretendemos investigar em nível de mestrado: a reeducação para as relações étnico-raciais na escola. Partindo da compreensão de que é preciso pensar sobre condicionantes sócio-historicamente constituídos e seus mecanismos de reprodução em nossa sociedade para analisar as práticas nas escolas e compreender mais profundamente seus condicionantes é que apresentamos uma breve reflexão sobre a temática neste texto.

Para promover a sistematização de alguns dos principais conceitos para pensar sobre racismo e práticas escolares na contemporaneidade, organizamos nosso texto em quatro partes. Na primeira, trataremos dos conceitos de governamentalidade e biopolítica no pensamento foucaultiano e de suas indagações acerca dos mecanismos de poder contemporâneos envolvidos na gestão da vida e na normalização das condutas. Em seguida, abordaremos o conceito de necropolítica, conforme formulados por Achille Mbembe, que procura compreender como o poder moderno se organiza a partir da produção da morte, em meio a contextos de desigualdade racial, social e colonial. Na terceira parte, enfocamos as contribuições de Pierre Bourdieu, sobretudo sua noção de “violência simbólica”, conceito que designa uma forma de dominação operada de modo invisível e legitimado, por meio da imposição dos significados, normas e valores dos grupos hegemônicos aos desprovidos de poder. Encerramos com nossas considerações finais.

A biopolítica e a governamentalidade em Foucault

O filósofo francês Michel Foucault é amplamente reconhecido como um dos pensadores mais influentes do século XX e, em seus trabalhos finais, introduziu o conceito de biopolítica. Segundo o autor, a biopolítica desloca o exercício do poder, um conceito que antes se limitava à soberania sobre o território, para a administração da vida.

Esse contexto emerge das reflexões foucaultianas sobre o avanço do poder para além do território, passando a dominar a política, a economia e, sobretudo, a vida biológica dos indivíduos. Para Foucault, a biopolítica é o “[...] domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle”. Ela descreve práticas que buscam administrar a vida humana — saúde, natalidade, longevidade, mortalidade — não mais sobre corpos individuais, mas sobre populações inteiras. Esse controle se estabelece por meio de mecanismos que separam grupos sociais conforme interesses políticos e normas de normalização.

Nesse contexto, o conceito de biopolítica assume especial significância para a interpretação e esclarecimento de acontecimentos da atualidade como, por exemplo, a situação das relações raciais, a violência e a seletividade que permeiam a sociedade. Assim, a classificação de certas condutas ou condições como patológicas ou anormais, permite ao Estado intervir na vida dos indivíduos para corrigir ou prevenir os “desvios”.

Desta forma, a normalização permite uma espécie de vigilância invisível, que se apresenta como benéfica e necessária, em nome da segurança e bem-estar coletivo, justificando intervenções violentas que limitam a liberdade e condenam a morte em nome de um bem maior ou da “pureza da população”.

De acordo com Foucault (1988), em sua obra “História da Sexualidade I: A Vontade de Saber”, a biopolítica se interessa mais com a vida do que propriamente com a morte, porém, a biopolítica não possui apenas caráter humanitário, pois, há uma recorrente necessidade de matar “alguns” de forma crescente e recorrente, objetivando garantir que determinada “raça” mantenha sua força e vigor. O racismo, para Foucault, seria uma estratégia do Estado que se utiliza da raça para delimitar grupos, justificar a violência e a exclusão e exercer o biopoder. Assim, na teoria foucaultiana, o conceito de biopolítica, pretende abarcar a complicada questão da normalização biológica dos indivíduos, de acordo com sua investigação do problema da governamentalidade, que para o filósofo, refere-se ao conjunto de estratégias e técnicas utilizadas para governar, controlar e moldar o comportamento da população.

Pierre Bourdieu pode ser mobilizado aqui, visto que a partir desses conceitos, podemos refletir que nas modificações contemporâneas a disciplina e a obediência estão relacionadas àquilo que Bourdieu vai chamar de “violência simbólica”. Bourdieu assim a define:

A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer (Bourdieu, 1996, p. 16).

Para o autor, esse tipo de violência acontece quando o dominante significa ao mundo e impõe a sua significação de tal maneira que o dominado incorpora essas significações e trabalha no mundo, se coloca no mundo a partir delas, ou seja, o dominado incorpora significações que são colocadas pelo dominante, impostas pelas realizações dos dominantes e prática no mundo atitudes, condutas que favorecem e legitimam a própria dominação, significando a partir de um ponto de vista de Michel Foucault, a imposição de normas a partir de discursos dominantes.

Outrossim, a violência simbólica seria toda e qualquer força coercitiva que tem o poder de influenciar os indivíduos e esta influência não pode ser vista, pois não agride necessariamente os corpos, tratando-se de uma violência moral, emocional e psicológica. De acordo com Bourdieu, em todos os espaços sociais, existe uma configuração que determina o modo como o indivíduo irá se comportar nos espaços sociais e a partir desses comportamentos, os indivíduos vão se adequando a sociedade e que as formas em que acontecem essas adequações são marcadas por uma série de violências simbólicas que estariam pautadas em uma configuração organizacional, criando hierarquias impostas por elites econômicas.

Assim, podemos ver que o que interessa para este autor é a análise dos mecanismos de dominação e embora não tenha se dedicado diretamente a uma análise sistemática do racismo como fenômeno específico, e a concepção bourdiana se torna extremamente útil para compreender as formas sutis e profundas de reprodução do racismo na sociedade. Concluímos, por certo, que o racismo, especialmente nas suas formas mais estruturais e institucionais, pode ser analisado como uma violência simbólica, quando as hierarquias raciais são muitas vezes justificadas por critérios supostamente “neutros” como, “mérito”, “educação” ou “cultura”, que na prática, reproduzem exclusões e violências raciais.

Aqui, portanto, buscamos discorrer sobre o conceito de biopolítica e governamentalidade em Foucault, explorando a intersecção entre essa noção e as de violência simbólica mobilizadas por Bourdieu, assim como relacionar isso com a realidade da violência contra a população negra nas comunidades, ressaltando que a biopolítica, tem seu foco em estabelecer uma espécie de controle social, apoiada em cesuras que implicam a dominação, segregação e eliminação de parcelas da população, observando seu perfil, ou seja, de acordo com as características de raça, etnia, gênero, idade, etc.

Na próxima seção, por conseguinte, discutiremos o tema da necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe, que dialoga e se inspira em diversos autores da tradição filosófica, dentre eles, Michel Foucault (1926 – 1984).

A necropolítica em Mbembe e o gerenciamento da morte em contextos racializados

Enquanto Michel Foucault propõe a biopolítica como forma de controle da vida e dos corpos, Achille Mbembe propõe a necropolítica como análise das políticas da morte. Para ele, trata-se de uma macroestrutura presente especialmente em contextos colonizados, operada por autoridades que administram quem pode viver e quem deve morrer.

Achille Mbembe é filósofo, cientista político e intelectual público, tendo como interesses de investigação as ciências sociais, a história, as políticas africanas e mais precisamente, a “pós-colônia” que vem após a descolonização. Seu trabalho inicial teve como foco a violência colonial, a resistência africana e as lutas pela independência. Suas pesquisas abrangem uma ampla gama de temáticas, dentre elas, as contradições inerentes à democracia, raça, etnicidade, biopolítica e política de identidades.

O autor, inspirado nas leituras em Michel Foucault e Giorgio Agamben, teoriza que os efeitos da escravidão e o colonialismo continuam sendo vistos na atualidade, em países considerados periféricos e traz em sua literatura o conceito de necropolítica, como instrumento teórico de compreensão da ação política contemporânea, sendo o racismo um elemento de controle e dominação nas relações de poder.

Mbembe (2018, p. 17), defende a ideia de que o colonialismo e o sistema escravocrata, apresentam impactos na sociedade atual como, desigualdades, pobreza extrema, trabalho pesado, opressão e sobretudo, as violências de todas as formas contra a população negra. Sob essa ótica, para Mbembe “[...] as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos, a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização”.

Suas ideias e reflexões teóricas, inspiradas em Michel Foucault, explicam o período colonial como o primeiro experimento biopolítico da modernidade, conforme menciona:

A formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico, do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão

da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) de “racismo” (Mbembe, 2018, p. 18).

Dessa forma, o estabelecimento da colonização é utilizado como arma e evidencia o poder sobre a vida e as violências como processo histórico vivido pelo povo negro. Diante do exposto, há a formação dos Estados Nacionais, baseada em uma política que, segundo Mbembe (2018, p. 33), “[...]se comprometeria a civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar”.

Um conceito profundamente explorado por Achille Mbembe é o “Estado de Exceção”, especialmente em sua análise das formas contemporâneas de poder, violência e controle, particularmente no contexto pós-colonial e globalizado. Embora o termo tenha sido amplamente desenvolvido por Carl Schmitt e posteriormente por Giorgio Agamben, Mbembe oferece uma leitura crítica e atualizada em muitos contextos, especialmente nas (ex-colônias) que o estado de exceção não é um momento passageiro ou emergencial, mas uma condição permanente de governança. Ele se refere à suspensão dos direitos civis e políticos e a militarização da vida cotidiana como práticas normalizadas.

De acordo com Mbembe, o poder moderno frequentemente se manifesta através do direito de matar, uma atualização do conceito foucaultiano de biopoder. O estado de exceção permite ao Estado ou outras entidades decidir quem pode viver e quem deve morrer, sobretudo em contextos de guerra, racismo e colonialismo. Populações colonizadas estavam fora do escopo do Estado de Direito europeu e sujeitas a uma administração baseada na força, não na lei. Esse modelo, diz Mbembe, foi exportado e replicado em diversos contextos contemporâneos, permitindo a emergência de situações marcadas pela violência:

Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar, construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos, toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer, soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras, crianças cegadas por balas de borracha, pais humilhados e espancados na frente de suas famílias [...] (Mbembe, 2018, p. 68-69).

É nesse sentido que a investigação do autor faz referência ao conceito de necropolítica. Para Mbembe, é a partir do racismo que se desenvolve o poder de determinar quem vive e quem morre, em uma política de Estado que se pauta em um exercício contínuo de letalidade:

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2018, p. 18).

Nesse contexto, pode-se elencar exemplos contemporâneos de estado de exceção para analisar guetos e periferias urbanas, nos quais políticas de segurança funcionam fora das garantias constitucionais.

A análise de Mbembe, nos desafia a repensar as estruturas de poder e a forma como a violência é institucionalizada. O estado de exceção, longe de ser uma anomalia, é uma ferramenta central na manutenção de ordens políticas que marginalizam e subjugam populações

inteiras. Reconhecer isso é o primeiro passo para questionar e, eventualmente, subverter essas estruturas opressivas.

De acordo com a leitura de Agamben (2004) e diante das narrativas formuladas a partir de notícias no início deste trabalho e de outros exemplos, observamos que a mídia tende a representar pessoas negras de forma estereotipada, como criminosos, serviçais ou em papéis secundários, reforçando imaginários racistas de maneira simbólica. Essas representações não apenas perpetuam preconceitos, mas também consolidam uma visão distorcida da identidade negra na sociedade.

No campo educacional, o sistema frequentemente ignora ou marginaliza a história e a cultura afro-brasileira, o que resulta na manutenção de um currículo eurocêntrico e na invisibilização das contribuições negras. Esse apagamento simbólico contribui para a desvalorização de saberes e experiências fundamentais para a formação da identidade nacional e para a promoção da igualdade racial. No mercado de trabalho, pessoas negras continuam sendo associadas majoritariamente a funções de menor prestígio, enfrentando não apenas barreiras materiais, mas também simbólicas, como a exigência de uma estética e comportamento considerados “adequados” para ocupar certos cargos.

Diante desses cenários, percebemos que novas tecnologias de eliminação e discriminação surgem constantemente, de forma velada ou explícita. Um exemplo recente é a proposta de distribuição de armas, que transforma o conflito: não mais entre Estados soberanos, mas entre cidadãos comuns em antagonismo generalizado, como observa Agamben (2004, p. 13), trata-se de uma nova forma de guerra, difusa e interna à sociedade.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integrar o sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de exceção permanente (ainda que eventualmente não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (Agamben, 2004, p.13).

Portanto, a partir dos conceitos apresentados neste artigo de Foucault, Agamben, Mbembe, Almeida e Bourdieu, é possível algumas reflexões que nos levam a questionamentos como, um discurso que prega uma educação para as relações raciais, restrita a pregar valores de respeito na escola, é suficiente? Fazer campanhas para a paz, sem questionar o que provoca a violência e o extermínio é suficiente para enfrentar o racismo, sobretudo no campo educativo?

Diante do exposto, entende-se que investigar a partir dos conceitos apresentados de que forma o racismo se reproduz nas práticas educativas, exige conhecimento dos mecanismos através dos quais acontecem esta reprodução. Dessa forma, as reflexões produzidas poderão ajudar a pensar estratégias coletivas de enfrentamento que avancem para além da responsabilização docente e esclareçam o papel dos coletivos e do Estado neste processo.

Considerações Finais

A partir das contribuições teóricas de Michel Foucault, Achille Mbembe e Pierre Bourdieu, podemos dizer que a violência e o racismo não são fenômenos episódicos ou isolados, mas constitutivos da própria sociedade e da política. A leitura foucaultiana permitiu-nos perceber como o poder se exerce de forma capilar, regulando os corpos e as subjetividades por meio de dispositivos disciplinares e biopolíticos.

Mbembe, por sua vez, amplia essa análise ao tratar da necropolítica, evidenciando como o poder contemporâneo opera através da autorização para matar e permitir morrer, especialmente em contextos marcados pela racialização da vida. Já Bourdieu nos oferece ferramentas para entender como as estruturas simbólicas e os habitus reproduzem, de forma invisível e duradoura, as hierarquias sociais, inclusive as raciais.

O entrelaçamento entre essas três abordagens revela que o racismo institucional e a violência de Estado não são exceções, mas expressões sistemáticas de um poder que define quem pode viver e sob quais condições. A persistência da desigualdade racial, as práticas de exclusão e a naturalização da violência contra corpos negros e periféricos são sustentadas por uma combinação entre dominação simbólica, controle biopolítico e lógicas necropolíticas.

Portanto, enfrentar a violência e o racismo exige mais do que reformas pontuais ou discursos moralizantes: requer o desmonte das estruturas que os sustentam, a crítica radical das formas de poder que os legitimam e a reconstrução de uma política verdadeiramente democrática, que reconheça a dignidade e a vida plena de todos os sujeitos. A leitura crítica desses autores nos convoca não apenas a compreender o mundo, mas a transformá-lo.

No campo da Educação, entendemos que essa reflexão é ainda mais importante, ao problematizar o que ocorre quando os limites das análises centradas no indivíduo são levados ao extremo, diante de fenômenos que são estruturalmente enraizados, como o racismo. Ao compreender que este não se realiza apenas por meio de atitudes individuais, mas é institucional, na medida em que reveste poderes, saberes e práticas socialmente legitimados e manifestos no cotidiano, concluímos, à luz dos conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade e do conceito de necropolítica de Mbembe, que restringir a análise a um emprego insatisfatório do ensino por parte de professoras de Ensino Fundamental pode ser reducionista.

Na medida em que julgamos o trabalho das professoras como se elas pudessem, sozinhas, romper com lógicas estruturais, corre-se o risco de invisibilizar os mecanismos institucionais, curriculares, históricos e políticos que condicionam suas práticas e mesmo as práticas políticas, organizadas, de enfrentamento do Estado, que têm exacerbado a violência institucional como um dos principais mecanismos de perpetuação do racismo. Isso produz um deslocamento da crítica: do sistema para o sujeito individual.

Considerando as reflexões foucaultianas, avaliar se as professoras estão "fazendo certo ou errado" implica mobilizar normas de conduta, o que está diretamente relacionado à governamentalidade: o modo como o Estado e as instituições conduzem a conduta dos sujeitos. Essa abordagem corre o risco de apenas disciplinar práticas sem questionar os regimes de saber-poder que moldam essas práticas.

De acordo com as reflexões em Mbembe, quando a escola reproduz lógicas de exclusão e silenciamento de corpos negros, não se trata apenas de "ações equivocadas de professoras", mas de uma expressão da necropolítica, onde certas vidas são sistematicamente desvalorizadas. Focar só nas professoras desconsidera o aparato político que torna isso possível e aceitável e em se tratando da leitura em Bourdieu, as professoras também são sujeitas imersas em estruturas sociais e reproduzem, muitas vezes de forma inconsciente, os habitus dominantes. Criticar sem contextualizar isso pode apenas reforçar a violência simbólica, culpabilizando agentes que também são, em parte, vítimas de um sistema racista.

Diante disso, defendemos que a análise crítica, no campo da educação, deve abranger o sistema educacional como um todo, incluindo políticas públicas, processos de formação docente, currículos, materiais didáticos, cultura institucional e relações de poder. Reconhecer as professoras como agentes condicionadas, embora não determinadas, implica evitar abordagens prescritivas que apenas indicam "boas práticas" sem alterar as condições que as tornam possíveis. Também exige pensar coletivamente estratégias de enfrentamento do racismo

que envolvam a gestão escolar, a comunidade, os formuladores de políticas públicas e as instituições formadoras, como as universidades.

Em suma, entendemos que focar exclusivamente no trabalho docente, sem considerar as estruturas que organizam a escola e reproduzem desigualdades raciais, é insuficiente e, por vezes, até perigoso, pois pode reforçar lógicas punitivas e despolitizadas. O enfrentamento efetivo do racismo institucional demanda uma análise estrutural, um compromisso político e transformação institucional, o que remete a uma outra concepção de formação de professoras/es, que considera importante pensar a partir da ideia de que os corpos se definem pelas relações de movimento, e, “na outra linha, queremos saber que efeitos um corpo tem sobre outro” (Tadeu, 2002, p. 54). E nasce a pergunta: quando se encontram, como um afeta o outro? (Tadeu, 2002, p. 54 apud Santos; Santos, 2025, p. 143). Parte-se assim da compreensão da prática pedagógica “como um processo de negociação cultural no qual, por meio do diálogo, as diferenças se relacionem sem que haja processos de inferiorização e subalternização, passando a ser vistas como elemento central e fundante de toda e qualquer relação, em que o outro pode ser pensado sempre como exterioridade, como alguma coisa que eu não sou, que nós não somos (Santos; Santos, 2025, p. 154), algo que conduz para um caminho diametralmente oposto àquele da moralização e da responsabilização docente no trato da temática das relações raciais.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BONTEMPO, V. L.; MBEMBE, A. **A noção de Necropolítica** 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2020v11n22p558-572>. Acesso em: 05 jun. 2025.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A Reprodução, Elementos Para Uma Teoria Do Sistema De Ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P. **Sur la télévision**. Paris: Liber. 1996.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Antônio Ramos Rosa, Lisboa: Portugal Editora, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253> Acesso em: 05 jun. 2025.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. Ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, J. V. T. do. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6169>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SANTOS, Lourival dos; SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. Formação de professores do/no campo em território quilombola: educação escolar nas tramas da vida dos Capiras Pretos em Furnas do Dionísio/MS. In: PIATTI, Célia Beatriz (org). **Formação continuada de professores em territórios camponeses e quilombolas**. Campo Grande: Editora Oeste, 2025, p. 133-157

SETTON, M. da G. J. A Teoria do Habitus Em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *In Revista Brasileira de Educação*, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SILVA, C. Mortes em chacinas crescem 50% em um ano na região metropolitana do Rio. Folha de S. *In: Folha de São Paulo*, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/mortes-em-chacinas-crescem-50-em-um-ano-na-regiao-metropolitana-do-rio.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2025.